

A Soberania de Deus e o Mal (1)

Prof. Herman Hanko

Tradução: Felipe Sabino de Araújo Neto / felipe@monergismo.com

“E se o profeta for enganado, e falar alguma coisa, eu, o SENHOR, terei enganado esse profeta; e estenderei a minha mão contra ele, e destruí-lo-ei do meio do meu povo Israel” (Ezequiel 14:9).

Eu citei apenas um versículo dos mencionados pelo questionador. A questão inteira menciona vários textos e apresenta-se da seguinte forma (o leitor é encorajado a verificar os outros textos): “1Reis 22:20-23 e os versículos que ensinam verdades similares – tais como Ezequiel 14:9, Jeremias 4:10 e 20:7, 2 Tessalonicenses 2:11-12 – parecem indicar que Deus não simplesmente permite o mal existir, mas de alguma forma o causa. Eu creio nisso, mas também creio que Deus não pode ser o autor do pecado, visto que ele é santo e não há trevas nele (1 João 1:5), e ele é muito puro até mesmo para ‘contemplar o mal’ (Habacuque 1:13). Você pode explicar como estas coisas podem ser harmonizadas?”.

Esta pergunta, embora crucialmente importante, é também uma pergunta que tem sido discutida na igreja por muitos séculos. Podem-se descobrir na história da igreja aqueles que têm defendido ambas as posições delineadas nos comentários do questionador. A pergunta é basicamente esta: Qual é a relação entre a soberana execução da vontade de Deus e o pecado do qual o homem é culpado?

As duas respostas que têm sido dadas à pergunta da soberania de Deus e o pecado são: 1) Deus *causa* o pecado, ou, 2) Deus *permite* o pecado. Ambas as respostas são sugeridas na questão citada acima: “... Deus não simplesmente permite o mal existir, mas de alguma forma o causa...”.

É importante observar que estas duas respostas têm sido dadas por pessoas que são genuinamente Reformadas e Bíblicas em sua teologia, que não têm nada a ver com o erro Arminiano, e que crêem de todo o seu coração que Deus é absolutamente soberano em toda a obra da salvação. Portanto, devemos ser cuidadosos para que não acusemos uns aos outros de “heresia”. Este não é o caso. O que nos importuna é a palavra correta para descrever a relação entre um Deus soberano e o pecado do homem – pecado pelo qual o homem é responsável.

Enquanto os textos mencionados na pergunta tenham a ver especialmente com o pecado de engano por parte de falsos profetas – um engano que o próprio Deus alega ter realizado nestes profetas – a questão mais ampla é sobre todo pecado. O pecado é uma falta do homem. O homem irá justamente para o inferno por causa do seu pecado – a menos que seu pecado tenha sido pago na cruz de Cristo. Deus é soberano. Deus permanece soberano. Deus é soberano sobre o pecado.

Que este desentendimento sobre esta questão têm estado presente nos círculos Reformados e Presbiterianos é evidente a partir do fato de que as confissões Reformadas diferem levemente sobre esta questão da *Confissão de Westminster*. Analisaremos brevemente esta diferença.

Embora, até onde eu sei (alguém pode me corrigir sobre isso), as confissões Reformadas não usem a palavra “permissão” para definir a relação de Deus com o pecado, todavia, estas confissões implicam que “permissão” seria um termo aceitável. Esta afirmação é provada pela definição de reprovação usada pelas confissões. Tanto os *Cânones de Dordt* como a *Confissão de Fé Belga*, ao definir reprovação, falam de Deus “deixando” o homem em seu pecado.

Os *Cânones* usam esta expressão em I:15, por exemplo: "Para mostrar sua justiça, decidiu deixá-los em seus próprios caminhos e debaixo do seu justo julgamento". A *Confissão de Fé Belga* diz (Art. 16): "... deixa os demais na queda e perdição, em que eles mesmos se lançaram". A idéia é que Deus permite o pecado entrar no mundo, e uma vez ali, ele “deixa” certas pessoas neste pecado sem resgatá-las, como ele faz com os seus eleitos.

Aqueles que prepararam os *Cânones* e a *Confissão de Fé Belga* usaram esta linguagem porque (como o nosso questionador também sugeriu) eles estavam com medo de fazer de Deus o autor do pecado. O *Sínodo de Dordt* afirma fortemente a doutrina da reprovação, mas define-a como um “deixar” as pessoas em pecado, e continua para dizer: “Este é o decreto da reprovação, o qual não torna Deus o autor do pecado (tal pensamento é blasfêmia!)...”.

A *Confissão de Westminster*, por outro lado, diz que a palavra “permissão” é inadequada: "A onipotência, a sabedoria inescrutável e a infinita bondade de Deus, de tal maneira se manifestam na sua providência, que esta se estende até a primeira queda e a todos os outros pecados dos anjos e dos homens, e isto não por uma mera permissão, mas por uma permissão tal que, para os seus próprios e santos desígnios, sábia e poderosamente os limita, e regula e governa..." (V, 4). Os teólogos de Westminster eram da convicção que a palavra “permissão” não era satisfatória para descrever a relação de Deus com o pecado; não porque a palavra “permissão” fosse herética, mas porque ela é muito fraca.

Mas nosso espaço já foi preenchido, e teremos que esperar para completar esta discussão até a próxima edição do “Boletim”.

Fonte: *Theological Bulletin*, Vol. 6, N^o. 24